

## **ECONOMIA**

Como não ocorria há muitos anos, 2003 começou sob a marca da incerteza quanto à condução da política econômica devido à mudança de comando no governo federal. A virada do calendário já ocorre no contexto de fortes pressões inflacionárias e cambiais que se formaram ao longo do ano anterior, devido às eleições. Desse modo, o ano começa com alguns indicadores em sua pior marca desde a segunda metade dos anos 90: inflação aproximando-se da casa dos dois dígitos, dólar cotado a quase R\$ 4, dívida pública superando 55% do PIB, para mencionar apenas algumas cifras mais importantes.

Contrariando as expectativas mais pessimistas que colaboraram para esses números, a política econômica do novo governo não só deu continuidade às linhas gerais anteriores, como também aprofundou algumas medidas dos campos fiscal e monetário que, ao longo do ano, provocaram a reversão dessas tendências, de forma que o período fosse concluído com câmbio, inflação, juros e endividamento público em baixa, a ponto de quebrar até mesmo o forte isolamento que o país vinha sofrendo no mercado financeiro internacional.

O novo governo começa com uma estratégia muito dura nas áreas fiscal e monetária, elevando simultaneamente o superávit da contas públicas e as taxas básicas de juros, além de jogar seu peso político na aprovação de reformas importantes nos campos tributário e previdenciário, sinalizando efeitos para médio e longo prazos. Com isso, a queda da inflação se faz notar logo no início do ano, o que permite uma certa flexibilização na dose do ajuste econômico, de modo que já em julho a economia retomasse a trajetória de crescimento, ainda que modesta.

O custo dessa estratégia de política econômica foi claro: o crescimento econômico e a geração de empregos foram sacrificados em prol da estabilização monetária. Assim, o PIB perdeu dois pontos percentuais no primeiro semestre, que não foram recuperados no restante do ano: no total o produto caiu 0,2%, seu pior desempenho em muitos anos. Em termos de emprego, a estratégia recessiva também foi muito intensa: após tempos de deterioração, 2003 viria a ser o pior em termos de redução dos rendimentos e ampliação do desemprego.

A estagnação global do PIB esconde, contudo, comportamentos variados de seus componentes que se mostrariam mais duradouros e até mais importantes para explicar o andamento da economia paulista.

Do ponto de vista da oferta, 2003 foi marcado pelo crescimento exclusivo da agricultura (5%) em comparação com a queda do PIB industrial (-1%) e da estagnação dos serviços (-0,1%). Em relação à demanda, o dinamismo se concentrou nas exportações, que cresceram mais de 14% e, secundariamente no consumo do governo, que, sob a pressão do ajuste fiscal, cresceu menos de 1%. Os demais componentes sofreram redução, sendo que o consumo das famílias caiu 3,3%, os investimentos 6,6% e as importações quase 2%.

As duas dimensões se articulam num padrão de evolução do produto que pode ser assim resumido: todo o dinamismo se concentra no setor externo, que alavancou as vendas em termos de *quantum* e de preços e que afetou centralmente a agricultura e alguns setores industriais que produzem *commodities*. As restrições fiscais e de crédito impediram o crescimento do mercado interno, o que se refletiu nos indicadores negativos de consumo, investimento e importações. É com base nesse padrão que se pode entender o comportamento

da economia paulista em 2003.

Os dados consolidados das contas regionais para São Paulo indicam que o crescimento em 2003 foi da ordem de 0,02%, mantendo padrão similar ao observado em 2002, quando o Estado cresceu apenas 0,82% (Contas Regionais, Tabela 4). Refletem ambos a diretriz mais geral da política econômica de ampliação do superávit fiscal, para o qual os governos subnacionais foram convocados a colaborar, e da política monetária restritiva, tendo sempre como pano de fundo o esforço de redução da inflação.

Na abertura por grandes setores de atividade, observa-se que a maior parte deles teve comportamento menos dinâmico do que em 2002 e em anos anteriores. Para citar apenas o caso mais notável, o ramo de Alojamento e Alimentação decresceu 1,3% em 2003, em contraste com o bom desempenho, da ordem de 10,1%, no ano precedente (Contas Regionais, Tabela 05).

Outros setores, particularmente na indústria, que já estavam se retraíndo em 2002, pioram ainda mais em 2003, como no caso da Construção Civil, com reduções de 2,6% e 5,4% respectivamente, nesses anos. A Extrativa Mineral sofreu diminuição ainda mais pronunciada: passou de -1,5% para -9,2%. Apenas o setor de Serviços de Eletricidade, Gás e Água apresentou evolução positiva, da ordem de 5%, dobrando seu desempenho de 2002, que foi de 2,5%. Dado que a Indústria de Transformação permaneceu estagnada, com variação negativa de 0,02%, a indústria em seu conjunto terminou 2003 com a mesma *performance* do ano anterior: retração de 0,4% (Contas Regionais, Tabela 05).

O setor de serviços continuou em 2003 em ritmo lento, acompanhando a fraqueza do restante da produção. Cresceu 0,4% em comparação a 1%, em 2002, sendo que quase todos os segmentos tiveram comportamento próximo da estagnação. Digno de nota é o caso de Transportes e Armazenagem, mais fortemente ligado à produção de bens, que ficou rigorosamente parado, em contraste com o crescimento de 1,3% em 2002 (Contas Regionais, Tabela 05).

O ano em análise foi bastante favorável à agropecuária brasileira, cujo valor total da produção (incluindo os 25 produtos mais representativos, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA ) cresceu 13,5%. Entretanto, o resultado foi bastante desigual em razão das condições climáticas: as culturas anuais foram bastante beneficiadas, com destaque para os grãos, que bateram novo recorde de produção, ao passo que as perenes sofreram com a falta de chuvas na época de florada, com destaque para dois produtos importantes para São Paulo, a saber, café e laranja. Adicionalmente, a produção animal teve também evolução bastante favorável, influenciada mais pelas condições da demanda, particularmente a externa, do que da oferta.

Deste modo, a agricultura paulista em 2003 apresentou desempenho bastante diferenciado no que diz respeito ao volume e ao valor para os diversos produtos, sendo que o valor total de sua produção<sup>[1]</sup> cresceu 17,6%. devido primordialmente aos aumentos de preços, dado que o incremento físico da produção foi bem mais modesto, da ordem de 5,8% (Agricultura, Tabela 14).

A principal cultura paulista continuou sendo a cana-de-açúcar, que, embora tenha diminuído sua participação no valor total da produção agropecuária (para 26,8%), expandiu em 7,2% sua

produção e em 6% sua área plantada. Ainda assim, o valor da produção reduziu-se em 1%, devido à reversão da tendência de alta nos preços observada nos dois anos precedentes.

A laranja, segundo produto vegetal mais importante nos valores produzidos em São Paulo, apresentou decréscimo de quase 10% em sua produtividade. Essa foi a queda na quantidade produzida para a mesma área plantada em 2002. Como consequência, o valor produzido diminuiu 3,3%, bem como seu peso na agropecuária paulista, que passou de 16,6% para 14,4%.

Com menos de 2% do valor total da produção agrícola, o café sofreu em 2003 um dos maiores recuos de sua história. Para praticamente a mesma área, sua produção caiu quase 40% e, com ajuda dos preços, findou o ano com redução de quase 20% no valor produzido.

Os grãos apresentaram desempenho bastante favorável em todos os indicadores. No caso do trigo, pode-se considerar que o comportamento foi excepcional: a área cultivada cresceu 46,6%, o que explica cerca de metade do acréscimo da produção, que foi de quase 93%, o que, por sua vez, explica o aumento ainda maior do valor, que superou os 114%. Notável também foi o comportamento da soja, que ampliou suas receitas em mais de 22%, para um crescimento da produção de quase 6%. No caso do milho, a mesma expansão em termos de valor foi impulsionada pelo crescimento de 13,5% na produção e de 3% na área. Conjuntamente, esses três produtos ampliaram sua participação no total da produção agropecuária, passando de 9,3%, na safra 2001/2002, para 10,7%, na safra 2002/2003.

Merecem destaque ainda produção e a área de algodão, que aumentaram 17% e 10,6%, respectivamente, com maior produtividade em relação ao ano anterior. Como resultado disso e da melhora nas cotações do produto, o valor da produção sofreu o excepcional crescimento de 74,5%.

Para os demais produtos de origem vegetal, prevaleceu o crescimento do valor da produção – em vários casos bastante expressivo – que se deu exclusivamente devido ao preço, posto que foi acompanhado da redução da quantidade produzida. As exceções foram a batata e o feijão, produtos típicos de mercado interno, que ganharam espaço no mapa agrícola do Estado.

Os produtos de origem animal apresentaram, sem exceção, comportamento favorável. Graças à valorização dos preços puxada pelo mercado internacional e, em pequena medida, pela ampliação da produção, o valor da produção pecuária aumentou em quase 29%, bem mais do que os 3,3% da produção vegetal. Desse modo, sua participação no total passou de 30% para 32,8%.

A pecuária bovina de corte – o segundo item em importância no conjunto do valor da produção agropecuária de São Paulo – teve um incremento de 2,9% na produção e de 21,1% no valor. O outro grande artigo de exportação da pecuária brasileira, a avicultura, exibiu comportamento semelhante: produção em alta de 2,3% e valor de 22,5%. Também a produção de ovos cresceu, gerando um valor 41% maior do que em 2002, o que coloca o produto acima da maior parte dos bens vegetais, com 4,2% de participação na produção agropecuária total de São Paulo.

A carne suína e o leite foram os únicos produtos pecuários que apresentaram redução na quantidade, ainda assim gerando crescimento de dois dígitos em termos de valor nos dois casos.

O financiamento da agropecuária paulista revelou incremento real de 6,8%, sendo 4,7% para a atividade agrícola e 19,2% para a pecuária. A maior parte dos recursos foi para o custeio e a comercialização agrícolas, sendo que todas as finalidades apresentaram aumento, com exceção do custeio na pecuária, que caiu 11,2%. O maior crescimento identificado (43,1%) foi o da comercialização de bens da pecuária (Agricultura, Tabela 9).

Os salários na agropecuária paulista refletiram, ainda que em menor escala, a melhora dos resultados econômicos do setor, tendo apresentado elevação das remunerações para todas as categorias, revertendo a retração do ano anterior. De modo geral, as remunerações cresceram, em termos reais, cerca de 3%, sendo que as maiores elevações ocorreram para mensalista (3,7%) e capataz (3,3%) (Agricultura, Tabela 7).

Em 2003, a indústria paulista intensificou o processo de desaceleração iniciado em setembro de 2001. Neste último ano, a atividade industrial acusou os efeitos da crise no abastecimento de energia elétrica e, no plano internacional, dos atentados terroristas nos Estados Unidos.

Analisando-se os índices de produção física industrial em 2003 (média do ano em comparação a média de 2002), fornecidos pelo IBGE, verifica-se que a indústria de transformação paulista sofreu decréscimo de 5,9% (Indústria, Tabela 3).

Na desagregação setorial, o crescimento da indústria foi impulsionado pelo comportamento positivo de nove dos 19 setores pesquisados pelo IBGE. Os principais destaques foram: Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalar, Ópticos e Outros (9,5%), Madeira (8,1%) e Calçados e Artigos de Couro (5,7%) (Indústria, Tabela 3).

Entre os setores com pior desempenho, aparecem aqueles mais ligados ao mercado interno, a saber: Refino de Petróleo e Álcool (-13,2%), Minerais Não-Metálicos (-6,3%) e Alimentos e Bebidas (-5,3 %) (Indústria, Tabela 3).

A produção de álcool manteve sua trajetória de crescimento em 2003, com aumento de 14,0% em comparação a 2002. A análise desse desempenho por regiões produtoras mostra acréscimo generalizado da produção, excetuada a Região Administrativa de Franca, onde a retração foi de quase 30%. O desempenho mais significativo continua sendo o da RA de Ribeirão Preto, que responde isoladamente por quase 24% da produção de álcool do Estado (Indústria, Tabela 1).

A produção de açúcar, ao contrário do observado em 2002, apresentou o expressivo crescimento de 38%, passando de 11 para 15 milhões de toneladas. O comportamento foi bastante desigual entre as regiões produtoras: na RA de São José do Rio Preto, a produção cresceu mais de 170%, ao passo que a RA de Sorocaba sofreu uma pequena redução. Como no caso do álcool, a RA de Ribeirão Preto lidera a produção de açúcar, respondendo por cerca de 27% do total do Estado (Indústria, Tabela 5).

A produção de peças fundidas de metal cresceu 18% em 2003, em comparação com 2002. Esse crescimento resultou exclusivamente do desempenho dos produtos de ferro, dado que os não-ferrosos ficaram rigorosamente estagnados no período (Indústria, Tabela 6).

Foi observado na indústria siderúrgica de São Paulo um crescimento geral da ordem de 4%, passando de 13,7 para 14,4 milhões de toneladas. O crescimento se deveu ao comportamento dos produtos de menor valor agregado: foi maior no segmento de ferro gusa (quase 10%), moderado no de aço bruto (6,5%) e negativo no de laminados (-2,2%) (Indústria, Tabela 7).

O ambiente predominantemente adverso para o setor de transporte aéreo mundial prevaleceu

em 2003, na esteira dos eventos de 11/09/01, afetando as vendas da Embraer, que, no total, viu sua produção de aeronaves cair de 162 para 101 unidades em 2003, após uma redução de 22% no total de unidades vendidas entre 2002 e 2001. Para o biênio, a redução supera os 40%, neste que pode ser considerado o período mais difícil para a empresa, após vários anos de forte crescimento. A classe de aviões mais atingida foi a comercial, com a significativa queda de vendas da família ERJ-145, superior a 80% entre 2001 e 2003 (Indústria, Tabela 9).

A produção de veículos no Estado de São Paulo, em 2003, apresentou um comportamento diferenciado, segundo os diferentes tipos de produto, refletindo o desempenho do segmento a que se destina (Indústria, Tabela 8). O segmento de tratores registrou um forte crescimento (65%) em comparação a 2002. Tal incremento está associado ao desempenho da agricultura e do agronegócio, ao longo dos dois últimos anos, na economia brasileira e, por extensão, na economia paulista. O segmento de autoveículos apresentou um acréscimo de 13% no seu conjunto. Porém, o bom resultado se circunscreveu aos segmentos de Automóveis para Passageiros e Automóveis de Uso Misto, ou seja, aqueles voltados ao consumo. Nos demais (Camionetas de Uso Misto, Camionetas de Carga, Utilitários, Caminhões e Ônibus), ou seja, aqueles voltados ao investimento, a variação é negativa, numa magnitude que oscila entre 30% e 40%. No segmento de autoveículos desmontados (CKD), destinados à exportação, o comportamento foi variado, mas, em geral, se observou retração da ordem de 12%.

No comércio varejista, o volume de vendas em 2003 apresentou níveis inferiores aos observados em 2000, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Comércio – PMC, do IBGE. A média anual situou-se em 92,6%, comparada à média 100 para o ano-base. O segundo semestre mostrou resultado melhor do que o primeiro, destacando-se o mês de maio, no primeiro semestre, e um movimento ascendente ao longo do segundo semestre de 2003, como é próprio do setor do comércio. Três segmentos apresentaram desempenho acima da média: Supermercados e Alimentos (98,3%); Tecidos e Vestuário (99,4%); e Móveis e Eletrodomésticos (94,0%) (Comércio, Tabela 1).

Quanto à receita nominal do comércio, os índices mostraram, ao longo de 2003, tendência semelhante à observada para o volume de vendas, com marcas mais elevadas no segundo semestre. Contudo, ao contrário do que se observou para as vendas, a receita nominal apresentou médias superiores à de 2000, situando-se 23% acima do ano referido. Apenas o segmento de combustíveis e lubrificantes apresentou, em 2003, média anual inferior à de 2000 (Comércio, Tabela 2).

No período de 2001 a 2003, o volume de vendas apresentou taxa de crescimento negativa, especialmente em 2003, em que se verificou maior decréscimo (3,6%). No ano em análise, o segmento que apresentou a maior retração foi o de veículos, que, em comparação com 2001, teve suas vendas comprimidas em mais de 15%. A segunda maior redução ocorreu no comércio de combustíveis e lubrificantes (6,7%) (Comércio, Tabela 3).

Em relação ao faturamento do comércio para os anos de 2001 a 2003, a PMC indica taxas de crescimento ascendentes. A receita nominal do comércio, em 2003, cresceu mais de 12% em relação ao ano anterior. Os segmentos que mais se sobressaíram foram os de supermercados e alimentos, que cresceu quase 16%, e o de combustíveis e lubrificantes, com acréscimo acima de 11% (Comércio, Tabela 4)

Conforme mencionado anteriormente, o crescimento da economia brasileira e da paulista teve como principal elemento dinâmico as exportações, que, em comparação com 2002, cresceram,

respectivamente, 21% e 15%. O pouco dinamismo do mercado interno aparece também nos indicadores de comércio exterior quando se percebe que as importações tiveram crescimento bastante modesto, pouco superior a 2%, também nos dois casos (Comércio Exterior, Tabela 1).

O saldo da balança comercial do país, como resultado, obteve seu melhor desempenho até então: US\$ 24,8 bilhões, quase 90% acima do resultado de 2002. Em São Paulo, o saldo, da ordem de US\$ 2,8 bilhões, foi o melhor desde 1992 (sempre em termos nominais) (Comércio Exterior, Tabela 1).

Tradicionalmente, São Paulo tem participação mais expressiva nas importações nacionais do que nas exportações. O dado mais recente mostra que essa assimetria vem se ampliando, embora suavemente. O peso nas exportações nacionais, que chegou a um pico de cerca de 35% de 1998 a 2001, caiu para 31,6% em 2004. No caso das importações a trajetória é similar, embora menos intensa: passou de uma média de 47% do total nos anos 1995-99 para 42% no biênio 2002-03 (Comércio Exterior, Tabela 1).

A elevada participação paulista nas importações se explica pela forte presença de indústrias produtoras de bens de consumo durável, particularmente no complexo eletroeletrônico, que tem grande participação de componentes importados em seus produtos.

A pauta de exportações de São Paulo reflete a importância de sua indústria, dado que 91% de suas vendas externas estavam concentradas nos produtos industrializados em 2003, ao passo que a média nacional era 78%. No período de 1999 a 2003, praticamente 80% do aumento das exportações do Estado, que atingiram US\$ 5,5 bilhões (em valores correntes), deveu-se à ampliação dos produtos manufaturados (Comércio Exterior, Tabela 4).

Embora a pauta de exportações de São Paulo seja bastante diversificada, apenas três seções (da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM) foram responsáveis por quase 60% das vendas externas de 2003, a saber, materiais de transporte, máquinas e aparelhos, materiais elétricos e eletrônicos, produtos alimentícios e bebidas. Em termos de famílias de produtos (capítulos da NCM), apenas quatro foram responsáveis por 43%: Automóveis, Tratores, e Outros Veículos Terrestres e suas Partes e Acessórios; Máquinas, Aparelhos e Instrumentos Mecânicos e suas Partes; Aeronaves e suas Partes; Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos e suas Partes, incluindo Som, Televisão, e suas Partes e Acessórios. Ou seja, quase metade da pauta esteve concentrada em produtos de médio e alto conteúdo tecnológico (Comércio Exterior, Tabela 3).

Do lado das importações, duas seções ocuparam 54% da pauta, são elas: máquinas e aparelhos, materiais elétricos e eletrônicos e produtos químicos. Interessante notar que, além de alguns produtos químicos e combustíveis, dentre os oito principais capítulos, aparecem aqueles quatro mencionados anteriormente como pontos fortes da pauta exportadora. Em outras palavras, boa parte do comércio externo de São Paulo envolve a intensa importação de partes e componentes que são utilizados na reexportação. Com a notável exceção de automóveis e aeronaves, com saldo comercial positivo da ordem de US\$ 2,6 bilhões e US\$ 1,5 bilhão, respectivamente, nos demais casos o saldo comercial é negativo (Comércio Exterior, Tabela 3).

No caso da seção Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo, que respondeu por 16% das exportações (mais de US\$ 3,6 bilhões), o padrão é outro, dado que as importações são bem menores, gerando um saldo que é maior do que o superávit comercial total, o que demonstra a importância da agroindústria do Estado. Os principais produtos exportados foram suco de

laranja (US\$ 881 milhões), açúcar de cana bruto (US\$ 790 milhões) e outros açúcares (US\$ 646 milhões) (Comércio Exterior, Tabela 3).

Os Produtos Minerais (seção V da NCM) apresentaram saldo comercial deficitário de US\$ 1,3 bilhão, por conta essencialmente da importação de petróleo, da ordem de US\$ 1,2 bilhão, o que representou 9% das importações. Os Produtos das Indústrias Químicas e Conexas (seção VI da NCM) registraram valor substancial de exportações (US\$ 1,5 bilhão), porém fortemente contrastado pelo elevado valor das importações (US\$ 4,8 bilhões ou 23% do total da pauta), implicando um déficit de US\$ 3,3 bilhões em 2003, replicando o padrão de anos anteriores (Comércio Exterior, Tabela 3).

Os principais países de destino das exportações são Estados Unidos (26,6%), Argentina (8,3%) e México (6,5%). Após cinco anos consecutivos de queda, as vendas para a Argentina se recuperaram fortemente, tendo este destino se apresentado como o mais dinâmico em termos de ampliação absoluta das exportações. Em 2003, o principal bloco de destino das vendas é o Nafta (34,2%), seguido pelos países da União Européia (18,1%) e o Mercosul (10,3%). Houve pequeno crescimento nas vendas para os dois primeiros, de forma que boa parte do aumento das exportações concentrou-se no Mercosul, que já foi o principal destino de vendas do Estado. Grande parte das exportações paulistas (56,8%) destina-se a países desenvolvidos, membros da OCDE, embora essa concentração tenha se reduzido ligeiramente com relação a 2002 (56,8%).

Os Estados Unidos, maior parceiro comercial do Estado, foram o principal país de origem das importações paulistas (24,6%), seguidos por Alemanha (11,3%), Argentina (7,9%) e Japão (4,8%), praticamente repetindo as cifras de 2002 (Comércio Exterior, Tabela 2).

São Paulo apresentou saldo negativo na conta de comércio com a maioria dos países desenvolvidos (da OCDE, da União Européia, do G7 e da Ásia) e saldo positivo sobretudo com países da América (exclusive o Mercosul) e os de renda média e baixa. Países da Aladi, exclusive o Mercosul, foram responsáveis por um saldo de US\$ 3,0 bilhões e os do Nafta, por US\$ 2,4 bilhões (Comércio Exterior, Tabela 2).

Registrou-se déficit de US\$ 318 milhões do Estado de São Paulo com a Argentina, parceiro comercial estratégico para o Brasil, o que ocasionou superávit de US\$ 581 milhões com o Mercosul, revertendo situação de 2003 (Comércio Exterior, Tabela 8).

O ano em análise não se apresentou favorável ao mercado de trabalho estadual, já que o baixo dinamismo da economia criou um número de ocupações inferior ao crescimento do contingente da População Economicamente Ativa – PEA.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a PEA do Estado atingiu 19,8 milhões de pessoas em 2003, o que representou crescimento de 1,8% em relação a 2002, e o acréscimo de 351 mil pessoas na categoria de ocupados ou desempregados. Esse crescimento foi mais intenso entre as mulheres (3,0% e 247 mil pessoas) do que entre os homens (0,9% e 104 mil pessoas), e entre as faixas etárias superiores, já que se reduziu o contingente de crianças, adolescentes e jovens na população economicamente ativa. O baixo volume de ocupações criadas no Estado em 2003 (144 mil a mais do que em 2002, ou 0,8%), portanto, foi responsável pelo aumento do contingente de pessoas desempregadas no Estado de São Paulo (Emprego, Tabela 2; Capítulo Sociedade).

Dos postos de trabalho criados, as mulheres absorveram 95,1% (crescimento de 1,9%, ou seja

137 mil ocupações em relação a 2002) e os homens 4,9% (0,1% e 7 mil ocupações). Por setores de atividade, ressalta-se o crescimento em Comércio e Reparação (4,9%), Indústria (2,7%) e o agregado Outras Atividades (4,4%). As principais reduções aconteceram em Construção (12,3%), Administração Pública (3,3%), Alojamento e Alimentação (3,0%) e Transporte, Armazenagem e Comunicação (1,7%) (Emprego, Tabela 8; Capítulo Sociedade).

Por posição na ocupação, merece destaque a ampliação dos postos de trabalho com características de maior precariedade e menores níveis de rendimento médio, como os Trabalhadores Domésticos (majoritariamente composto por mulheres), de empregadores na atividade de Comércio e Reparação e dos conta-próprias no agregado Outras Atividades, parcialmente compensados pelo crescimento dos postos de trabalho na Indústria (exclusivamente ocupados por homens) (Emprego, Tabela 2; Capítulo Sociedade).

Essas características das ocupações criadas em 2003 certamente constituem as bases do comportamento declinante dos valores dos rendimentos médios recebidos pelos ocupados do Estado de São Paulo, da ordem de 8,4% em relação aos níveis de 2002, sendo maior entre as mulheres (10,9%) do que entre os homens (7,1%) (Emprego, Tabela 10; Capítulo Sociedade).

Tomando-se em conta a Relação Anual de Informações Sociais – Rais, importante fonte de informações sobre o mercado de trabalho, com base em registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja característica principal é de reportar o comportamento dos vínculos formais de trabalho, chega-se a conclusões semelhantes às obtidas com base na PNAD.

A Rais informa que o contingente de ocupados com vínculos formais de trabalho, no Estado de São Paulo, cresceu 1,6% em 2003, atingindo 8.748 mil vínculos, 140 mil a mais do que em 2002 (8.608 mil vínculos). Também segundo essa fonte de dados, as mulheres ocuparam o maior volume dos novos postos de trabalho criados (95 mil, ou 68%), restando aos homens a menor parte (32%, ou 45 mil) (Emprego, Tabela 65; Capítulo Sociedade).

Por setor de atividade, as tendências são semelhantes às apontadas pela PNAD entre 2002 e 2003: houve crescimento de 2,3% na Indústria (correspondendo a 46 mil novos vínculos, ou 32,6% do total), de 0,6% nos Serviços (28 mil e 20,3%) e de 5,4% no Comércio (79 mil e 56,5% do saldo total). Na Construção Civil verificou-se a maior redução (4,4%, com perda de 13 mil vínculos) e a Agropecuária manteve-se estável (Emprego, Tabela 60; Capítulo Sociedade).

Embora restrita aos registros dos vínculos formais de trabalho, a Rais tem a virtude de permitir análises por vários recortes regionais. Tomando por base a divisão do Estado em Regiões Administrativas – RA's, verifica-se que na RA de Campinas concentrou-se a maior parte do saldo positivo dos vínculos entre 2002 e 2003 (27,6% ou 39 mil), seguida pela Região Metropolitana de São Paulo (16,1% ou 22 mil) e pela RA de Sorocaba (12,1% ou 17 mil vínculos).

Entre 2002 e 2003, a Rais apontou crescimento de 1,5% nos salários reais médios pagos aos trabalhadores com vínculo formal, sendo que as maiores altas ocorreram nas Regiões Administrativas de Barretos (8,1%) e Araçatuba (6,5%) e as menores variações na RA de Presidente Prudente (1,2%) e RM de São Paulo (0,6%). Por sexo, os salários médios dos homens cresceram 2,2% e os das mulheres sofreram pequena variação de 0,4% (Emprego, Tabela 67; Capítulo Sociedade).

Restringindo a análise à Região Metropolitana de São Paulo e considerando os dados da



Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, o quadro que emerge também é de deterioração das condições gerais do mercado de trabalho em 2003. Neste ano, a pequena variação do nível ocupacional (0,4%), com a criação de apenas 35 mil novos postos de trabalho, foi insuficiente para absorver as pessoas que se incorporaram ao mercado de trabalho (151 mil), provocando aumento do número de desempregados e elevando a taxa de desemprego total de 19,0%, em 2002, para 19,9% da PEA, em 2003, o mais elevado patamar de toda a série da PED (Emprego, Tabela 14; Capítulo Sociedade).

Esse fraco desempenho do nível ocupacional da RMSP em 2003 foi reflexo de comportamento diferenciado entre os principais setores de atividade.

A Pesquisa de Investimentos no Estado de São Paulo – PIESP identificou, durante o ano de 2003, anúncios de investimentos junto às empresas que totalizaram US\$ 12,97 bilhões na indústria. Esse valor representou uma redução de 9,9% em relação ao total dos anúncios de investimentos de 2002, em mais uma importante indicação dos impactos negativos dado pelo quadro de incertezas de 2003 (Investimentos, Tabela 1). Quanto ao número de empreendimentos, o ano de 2003 confirmou a tendência já indicada na pesquisa anterior, a saber, a de um aumento do número de empreendimentos, que passaram de 2.171, naquele ano, para 2.642, em 2003.

Os investimentos têm sido destinados sobretudo à indústria ao longo de todo o período a que se refere a pesquisa, iniciada em 1996. A exceção foi 2001, com grandes investimentos em serviços (telecomunicações, transporte aéreo, entre outros). Dos US\$ 163,2 bilhões acumulados até 2003, 58,4% tiveram como destino as atividades industriais, os serviços receberam 37,5% e o comércio, 3,7%. A comparação entre os anos de 2002 e 2003 indica que não houve alteração significativa. Os serviços sofreram forte retração, não só em termos monetários (24%) quanto de participação no total, que decresceu de 37,5% para 33,3% (Investimentos, Tabelas 1, 2 e 3).

Na análise dos investimentos em 2003 para o setor da indústria, o subsetor de maior destaque foi o de refino de petróleo e álcool, que recebeu US\$ 1,8 bilhão, relativos, em sua maior parte, a projetos da Petrobrás de ampliação e modernização das suas três refinarias localizadas no Estado e aos investimentos de empresas do complexo sucroalcooleiro. A segunda posição foi ocupada pelo ramo da construção (US\$ 1,5 bilhão), que se recuperou significativamente em 2003, com grandes obras de engenharia civil, como as das concessionárias de rodovias e a expansão da área portuária de Santos pela Codesp (Investimentos, Tabela 1).

Em terceiro lugar, aparece o subsetor automotivo, com US\$ 912,7 milhões, confirmando sua importância na indústria de transformação paulista. Grandes empresas montadoras, Scania, Volkswagen, Ford e Daimler Chrysler, responderam por 86,8% dos investimentos, com concentração na área de caminhões, atendendo às demandas de transporte de carga e à exportação de veículos. Na quarta e quinta posições situaram-se os subsetores de eletricidade, gás e água quente e o de captação, tratamento e distribuição de água. Com relação ao primeiro, o valor é de US\$ 860,4 milhões em 2003, contudo está muito abaixo dos investimentos dos anos anteriores. Quanto ao último, com US\$ 580,66 milhões, quase inteiramente relacionado à Sabesp.

Nos serviços, a liderança entre os subsetores de atividade coube ao transporte terrestre, principalmente pelos investimentos das empresas estatais paulistas Metrô, CPTM e EMTU. O subsetor de telecomunicações ocupa a segunda colocação, com valores relativamente elevados,

que se explicam por razões de atualização tecnológica e oferta de novos serviços na disputa pelo mercado. Em terceiro lugar estão as atividades imobiliárias, que receberam, em 2003, US\$ 340 milhões, apresentando redução em relação ao ano anterior quanto às intenções de investimentos em prédios comerciais, *shopping centers*, centros de convenções, etc. A quarta posição foi ocupada pelas atividades anexas e auxiliares de transportes e agências de viagens, com US\$ 302 milhões, valor 44,5% inferior ao de 2002, constituído basicamente de investimentos em armazéns, terminais e centros logísticos. É de se notar a grande concentração de investimentos na área do Porto de Santos (Investimentos, Tabela 2).

Os anúncios de investimentos no comércio, além de demonstrarem a pequena dimensão dos valores envolvidos no setor em relação à indústria e aos serviços, também servem de alerta para o fato de que os investimentos anunciados para 2002 (US\$ 416,3 milhões) e 2003 (US\$ 381,55 milhões) são 50% menores do que a média anual de US\$ 600 milhões verificada entre os anos de 1999 e 2001. Isso parece refletir o fato de o período intenso de ocupação dos principais espaços pelos hiper e supermercados de capitais nacional e estrangeiro – como as redes Pão de Açúcar, Wal-Mart, Carrefour, Sonae – teria chegado a certa acomodação quanto ao crescimento desses grandes grupos pela absorção de empresas menores e de caráter local e regional (Investimentos, Tabela 3).

Quanto aos tipos, os investimentos em ampliação alcançaram a maior participação percentual de toda a série, respondendo por 48% do total nesse ano, patamar superior à média de 30% do período 1999-2002. Situação inversa deu-se com os outros tipos de investimentos: os anúncios em implantação alcançaram 41,5% em 2003, percentual menor do que a média de 48% obtida no período 1999-2002; em modernização, atingiram 10,3% em 2003, sendo que a média, entre 1999 e 2002, foi de 20%. Diversos fatores inibiram grandes investimentos em implantação ou modernização de obras de infra-estrutura, ficando as empresas mais voltadas à ampliação de suas plantas. Dentre tais fatores, destacam-se: a incerteza quanto à política de tarifas para o setor da telecomunicação; os impasses surgidos na regulamentação dos setores de geração e de distribuição de energia elétrica; as dificuldades relativas ao projeto das parcerias público-privadas e, no setor da indústria de transformação, notadamente para os segmentos voltados ao mercado interno, a existência de capacidade ociosa além da desejável (Investimentos, Tabela 4).

No que se refere à distribuição regional dos investimentos, em 2003, a RMSP manteve a liderança entre as regiões paulistas, com uma participação de quase 33% no total dos anúncios de investimentos (Investimentos, Tabela 5). As três posições subseqüentes foram ocupadas pelas Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos e a Região Metropolitana da Baixada Santista, que, juntamente com a RMSP, alcançaram um percentual de participação de quase 68% nos investimentos do Estado. Essa distribuição regional repete o que ocorreu em 2002 e em todo o período 1996-2003, quando as quatro regiões acumularam participação de 75,7% e 65,6%, respectivamente. Isso indica um processo de transbordamento das atividades do seu núcleo, em especial da capital estadual, para um raio de aproximadamente 150 quilômetros, possibilitando que as empresas se libertem das desvantagens de aglomeração existentes na cidade de São Paulo e em alguns municípios da RMSP, sem se distanciarem demasiadamente de forma a perder as vantagens da proximidade com o seu mercado consumidor, da sua rede de serviços e de suprimentos e da mão-de-obra mais qualificada.

Considerando as condições extremamente adversas do Brasil e de São Paulo em 2003, pode-se

considerar que os resultados alcançados pelas finanças do governo paulista foram bastante razoáveis. Sua receita total, da ordem de R\$ 58 bilhões, foi praticamente a mesma do ano anterior,<sup>[2]</sup> ao passo que a despesa, de R\$ 57,6 bilhões, cresceu menos de 0,5%. O resultado foi um excedente de R\$ 407 milhões, reiterando o padrão superavitário que o governo de São Paulo vem imprimindo a suas contas desde 1997 (Finanças, Tabelas 12 e 14).

No que tange à distribuição regional da arrecadação do ICMS e do IPVA, os dois principais impostos do Estado, observa-se que a Região Metropolitana de São Paulo respondeu por, respectivamente, 69% e 57% da arrecadação de cada um desses impostos, praticamente repetindo os valores do ano anterior, o que reflete a importância da região na produção de bens e serviços e o tamanho de sua frota de veículos. A segunda região em importância na arrecadação do ICMS e do IPVA foi a de Campinas, responsável por cerca de 15% nos dois casos (Finanças, Tabela 13).

A participação de cada uma das regiões na economia estadual pode ser avaliada por meio dos dados do valor adicionado, que é calculado pela Secretaria da Fazenda para servir como um dos critérios para a partilha da cota-parte do ICMS, que é distribuído aos municípios na proporção de um quarto do total (Tabela 19). A parcela de cada um deles nesse montante é definida por meio de um índice de participação calculado anualmente, no qual o valor adicionado tem peso de 76%, sendo esse agregado definido como a diferença entre o valor das mercadorias saídas (vendas) e dos serviços de transporte e de comunicação nos Estados e o valor das mercadorias entradas e dos serviços de transporte e de comunicação adquiridos em cada um dos municípios. A Região Metropolitana de São Paulo respondeu, em 2003, por 45% do valor adicionado, registrando a capital 23,4% desse total, mantendo-se o movimento de perda de participação da Região Metropolitana de São Paulo, já identificado nos anos anteriores, embora numa escala bem modesta. Repetindo o que ocorreu com a arrecadação do ICMS e do IPVA, a Região Administrativa de Campinas foi a segunda mais importante na geração do valor adicionado (21,8%).

A participação da RA de São José dos Campos em termos de valor adicionado surpreende, quando comparada com sua participação na arrecadação do ICMS: enquanto a primeira foi de 7,6%, em 2003, a segunda foi de apenas 4%. Isso pode ser explicado pelo tipo de indústria existente naquela região, com forte presença da fabricação de material de transporte (automóveis e aviões) e de bens eletrônicos, com produção voltada para o mercado externo, que é isenta da cobrança do ICMS, de acordo com a Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir).

O componente mais expressivo da despesa do governo do Estado é o referente a pessoal e encargos sociais, que alcançou R\$ 26,2 bilhões, em 2003, valor correspondente a quase 46% do gasto total, sendo que os dispêndios com aposentadorias, reformas e pensões corresponderam a 37,5%, repetindo padrão do ano anterior. Os juros, encargos e amortização da dívida também respondem por parcela importante da despesa, superando os 9,2% em 2003 (Finanças, Tabela 14).

Por área de atuação, os maiores dispêndios, pela ordem, foram os realizados com Educação (22% do total), saúde (10%) e segurança pública (8,9%) (Finanças, Tabela 16).

A receita arrecadada pelos municípios que responderam à pesquisa realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN em 2003 chegou a R\$ 31,4 bilhões. Como parâmetro para avaliação desse montante, pode-se observar a arrecadação do ICMS, que naquele ano superou os R\$

39,3 bilhões. As transferências correntes mantiveram-se como a principal fonte de receita das prefeituras, com quase 56% do total, com destaque para as transferências do Estado, que responderam por quase 34% da receita municipal (Finanças, Tabela 1).

Também para os municípios a maior parcela dos gastos destina-se ao pagamento do pessoal: em 2003, a soma das despesas com o pessoal ativo e inativos e pensionistas respondeu por quase 43,5% do total dos dispêndios das prefeituras (Finanças, Tabela 7). Por área, as maiores despesas foram realizadas com educação (23,3% do total), saúde (19%), urbanismo (12,6%) e previdência (6,8%) (Finanças, Tabela 11).

No que se refere aos juros e encargos da dívida, que em 2003 consumiram R\$ 1,16 bilhão (Finanças, Tabela 7), há que se ressaltar a concentração desses gastos no município de São Paulo, que respondeu por mais de 82% desse valor.

#### Bibliografia

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Fazenda. Relatório do Secretário, Exercício de 2002. Disponível em [http://www.fazenda.sp.gov.br/balanco/2003/RS0000\\_03.pdf](http://www.fazenda.sp.gov.br/balanco/2003/RS0000_03.pdf) . Acesso em: 17/8/2005.

---

[1] Na comparação de valores entre diferentes anos, utilizou-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do IBGE, que, em 2003 foi de 9,3%, , para sua correção. Com relação aos valores de produção, tomou-se como fonte o Instituto de Economia Agrícola – IEA.

[2] Na comparação de valores entre diferentes anos, utilizou-se para sua correção o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, que em 2003 foi de 9,3%.